

Relatório Anual 2019

**Cooperativa de Crédito, Poupança e
Investimento do Norte Mato-Grossense e
Oeste Paraense - Sicredi Grandes Rios MT/PA,
anteriormente denominada Cooperativa de
Crédito, Poupança e Investimento do Norte
Mato-Grossense - Sicredi Norte MT/PA**

**Diretoria Executiva de Administração
Superintendência Contábil e Fiscal**



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Norte Mato-Grossense e Oeste Paraense - Sicredi Grandes Rios MT/PA (anteriormente denominada Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Norte Mato-Grossense - Sicredi Norte MT/PA)
Colíder/MT

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Norte Mato-Grossense e Oeste Paraense - Sicredi Grandes Rios MT/PA (anteriormente denominada Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Norte Mato-Grossense - Sicredi Norte MT/PA) (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019, e as respectivas demonstrações de sobras, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Norte Mato-Grossense e Oeste Paraense - Sicredi Grandes Rios MT/PA em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 27 de fevereiro de 2020

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6



Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1SP192685/O-9

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

AO TINDARMOS mais um exercicio prestamos contas aos senhores associados aos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Norte Mato-Grossense e Oeste Paranaense - Sicredi Grandes Rios MT/PA , anteriormente denominada Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Norte Mato-Grossense - Sicredi Norte MT/PA , relativas ao exercicio findo em 31 de dezembro de 2019

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Plano de Negócios

A Cooperativa elaborou o plano de negócio e estudo de viabilidade econômica com vistas à ampliação da área de atuação, em conformidade com o disposto no artigo 12 da Res. CMN nº 4.434.

Informamos que as premissas constantes no plano de negócios e estudo de viabilidade econômica encaminhados ao Banco Central foram alcançadas na totalidade, conforme demonstrado na planilha abaixo:

Dados	Estimado	Realizado
Associados	56.000	79.475
Carteira de Crédito *	533.295	941.073
Depósitos	494.988	705.534
Patrimônio Líquido	322.319	325.770
Capital	179.454	179.556
Resultado Antes das Destinações	29.886	55.732
Rentabilidade do PL	9,27	17,11%

valores em milhares de Reais

* Saldo reduzido das provisões para operações de crédito.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Norte Mato-Grossense e Oeste Paraense - Sicredi Grandes Rios MT/PA, anteriormente denominada Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Norte Mato-Grossense - Sicredi Norte MT/PA
CNPJ/MF nº 37.442.605/0001-42

ATIVO	31/12/2019	31/12/2018	PASSIVO	31/12/2019	31/12/2018
CIRCULANTE	812.414	694.013	CIRCULANTE	539.453	441.708
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	28.924	12.636	DEPÓSITOS (NOTA 12)	303.133	213.700
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (NOTA 06)	73.358	-	Depósitos à Vista	279.888	212.295
Carteira Própria	73.358	-	Depósitos Interfinanceiros	20.705	-
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	134.043	232.254	Depósitos a Prazo	2.540	1.405
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	-	2	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	123.139	134.507
Correspondentes no país	489	511	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	-	203
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 04)	133.554	231.741	Repasses Interfinanceiros (NOTA 12)	123.139	134.304
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 07)	499.093	390.395	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	2.243	1.979
Operações de Crédito	536.010	418.504	Recursos em Trânsito de Terceiros	2.243	1.979
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(36.917)	(28.109)	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 14)	8.079	12.860
OUTROS CRÉDITOS	65.757	45.841	Empréstimos País - Outras Instituições	8.079	12.860
Créditos por Avals e Fianças Honrados (NOTA 07)	1.375	689	OUTRAS OBRIGAÇÕES	102.859	78.662
Rendas a Receber	3.423	3.297	Cobrança e Arrecadação de Tributos	308	245
Diversos (NOTA 07 e 08)	62.591	42.982	Sociais e Estatutárias	13.021	10.443
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa) (NOTA 07)	(1.632)	(1.127)	Fiscais e Previdenciárias	1.555	1.474
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 09)	11.239	12.887	Diversas (NOTA 15)	87.975	66.500
Outros Valores e Bens	13.347	13.334			
(Provisão para desvalorização)	(2.178)	(502)			
Despesas Antecipadas	70	55			
NÃO CIRCULANTE	524.867	313.130	NÃO CIRCULANTE	472.058	289.685
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	524.867	270.666	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	472.058	289.685
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	20.087	2.621	DEPÓSITOS (NOTA 12)	402.401	245.820
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	20.087	2.621	Depósitos Interfinanceiros	50.935	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 07)	441.980	264.661	Depósitos a Prazo	351.466	245.820
Operações de Crédito	468.278	284.511	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 13)	60.476	35.865
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(26.298)	(19.850)	Repasses Interfinanceiros	60.476	35.865
OUTROS CRÉDITOS	5.088	3.387	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA xx) (NOTA 14)	9.181	8.000
Diversos (NOTA 07 e 08)	5.255	3.515	Empréstimos País - Outras Instituições	9.181	8.000
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa) (NOTA 07)	(167)	(128)			
INVESTIMENTOS (NOTA 10)	25.491	18.290	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	325.770	275.750
Outros Investimentos	25.491	18.290	CAPITAL SOCIAL (NOTA 17)	179.556	155.045
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 11)	25.894	17.300	De Domiciliados no País	187.735	157.293
Imóveis de Uso	875	626	(Capital a Realizar)	(8.179)	(2.248)
Outras Imobilizações de Uso	37.733	26.719	RESERVAS DE SOBRAS	125.985	101.817
(Depreciação acumulada)	(12.714)	(10.045)	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	20.229	18.888
INTANGÍVEL (NOTA 11)	6.327	6.871			
Outros Ativos Intangíveis	13.083	12.070			
(Amortização acumulada)	(6.756)	(5.199)			
TOTAL DO ATIVO	1.337.281	1.007.143	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.337.281	1.007.143

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Norte Mato-Grossense e Oeste Paraense - Sicredi Grandes Rios MT/PA, anteriormente denominada Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Norte Mato-Grossense - Sicredi Norte MT/PA
CNPJ/MF nº 37.442.605/0001-42

Descrição das contas	01/07/2019 a 31/12/2019 (Não auditado)			01/01/2019 a 31/12/2019			01/01/2018 a 31/12/2018		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	96.044	-	96.044	171.300	6	171.306	130.408	-	130.408
Operações de Crédito	95.344	-	95.344	170.519	6	170.525	130.248	-	130.248
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	700	-	700	781	-	781	158	-	158
Resultado das Aplicações Compulsórias	-	-	-	-	-	-	2	-	2
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(32.520)	(98)	(32.618)	(57.496)	(216)	(57.712)	(38.674)	(263)	(38.937)
Operações de Captação no Mercado	(9.714)	(51)	(9.765)	(17.256)	(96)	(17.352)	(11.948)	(76)	(12.024)
Operações de Empréstimos e Repasses	(5.471)	(47)	(5.518)	(10.928)	(120)	(11.048)	(12.155)	(187)	(12.342)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(17.335)	-	(17.335)	(29.312)	-	(29.312)	(14.571)	-	(14.571)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	63.524	(98)	63.426	113.804	(210)	113.594	91.734	(263)	91.471
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(36.754)	7.006	(29.748)	(61.360)	12.547	(48.813)	(43.307)	10.637	(32.670)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	10.144	14.560	24.704	19.584	27.898	47.482	17.524	23.206	40.730
Rendas de Tarifas Bancárias	7.576	-	7.576	14.216	-	14.216	11.892	-	11.892
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(20.773)	(2.517)	(23.290)	(38.219)	(5.363)	(43.582)	(32.372)	(4.322)	(36.694)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 20)	(21.897)	(3.334)	(25.231)	(41.871)	(6.290)	(48.161)	(33.189)	(5.424)	(38.613)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(54)	(735)	(789)	(174)	(1.418)	(1.592)	(127)	(1.175)	(1.302)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 21)	11.802	444	12.246	25.256	471	25.727	28.467	799	29.266
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 22)	(23.552)	(1.412)	(24.964)	(40.152)	(2.751)	(42.903)	(35.502)	(2.447)	(37.949)
RESULTADO OPERACIONAL	26.770	6.908	33.678	52.444	12.337	64.781	48.427	10.374	58.801
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(1.209)	65	(1.144)	(1.854)	256	(1.598)	(182)	133	(49)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	25.561	6.973	32.534	50.590	12.593	63.183	48.245	10.507	58.752
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	649	649	-	(943)	(943)	-	313	313
Provisão para Imposto de Renda	-	412	412	-	(577)	(577)	-	199	199
Provisão para Contribuição Social	-	237	237	-	(366)	(366)	-	114	114
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS	(3.395)	-	(3.395)	(6.508)	-	(6.508)	(4.919)	-	(4.919)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	22.166	7.622	29.788	44.082	11.650	55.732	43.326	10.820	54.146
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	11.650	(11.650)	-	10.820	(10.820)	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	22.166	7.622	29.788	55.732	-	55.732	54.146	-	54.146
REVERSÃO DA RESERVA DE EXPANSÃO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	2.099	-	2.099	-	-	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO AJUSTADO PELA REVERSÃO DA RESERVA	22.166	7.622	29.788	57.831	-	57.831	54.146	-	54.146
DESTINAÇÕES	-	-	-	(37.602)	-	(37.602)	(35.258)	-	(35.258)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(9.087)	-	(9.087)	(8.799)	-	(8.799)
Fates - Estatutário	-	-	-	(2.248)	-	(2.248)	(2.099)	-	(2.099)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(20.229)	-	(20.229)	(18.888)	-	(18.888)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(3.790)	-	(3.790)	(3.373)	-	(3.373)
Reserva de Expansão	-	-	-	(2.248)	-	(2.248)	(2.099)	-	(2.099)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	20.229	-	20.229	18.888	-	18.888

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Norte Mato-Grossense e Oeste Paraense - Sicredi Grandes Rios MT/PA, anteriormente denominada Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Norte Mato-Grossense - Sicredi Norte MT/PA

CNPJ/MF nº 37.442.605/0001-42

	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Expansão	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2018	129.699	77.457	-	15.546	222.702
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	15.297	-	-	(15.297)	-
Outras destinações	-	-	-	(249)	(249)
Capital de associados	-	-	-	-	-
Aumento de capital	12.076	-	-	-	12.076
Baixas de capital	(10.495)	-	-	-	(10.495)
Resultado do período	-	-	-	54.146	54.146
Destinações	-	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(2.099)	(2.099)
Reserva Legal - Estatutária	-	18.888	-	(18.888)	-
Reserva de Expansão	-	-	2.099	(2.099)	-
Juros sobre o Capital Próprio	8.468	-	-	(8.799)	(331)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	3.373	-	(3.373)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2018	155.045	99.718	2.099	18.888	275.750
Mutações do Período	25.346	22.261	2.099	3.342	53.048
Saldos no início do período em 01/01/2019	155.045	99.718	2.099	18.888	275.750
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	18.627	-	-	(18.627)	-
Outras destinações	-	-	-	(261)	(261)
Capital de associados	-	-	-	-	-
Aumento de capital	9.757	-	-	-	9.757
Baixas de capital	(12.593)	-	-	-	(12.593)
Reversões de reservas	-	-	(2.099)	2.099	-
Resultado do período	-	-	-	55.732	55.732
Destinações	-	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(2.248)	(2.248)
Reserva Legal - Estatutária	-	20.229	-	(20.229)	-
Reserva de Expansão	-	-	2.248	(2.248)	-
Juros sobre o Capital Próprio	8.720	-	-	(9.087)	(367)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	3.790	-	(3.790)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2019	179.556	123.737	2.248	20.229	325.770
Mutações do Período	24.511	24.019	149	1.341	50.020
Saldos no início do período em 01/07/2019 (Não auditado)	172.460	99.718	2.099	25.944	300.221
Capital de associados	-	-	-	-	-
Aumento de capital	5.087	-	-	-	5.087
Baixas de capital	(6.711)	-	-	-	(6.711)
Reversões de reservas	-	-	(2.099)	2.099	-
Resultado do período	-	-	-	29.788	29.788
Destinações	-	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(2.248)	(2.248)
Reserva Legal - Estatutária	-	20.229	-	(20.229)	-
Reserva de Expansão	-	-	2.248	(2.248)	-
Juros sobre o Capital Próprio	8.720	-	-	(9.087)	(367)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	3.790	-	(3.790)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2019	179.556	123.737	2.248	20.229	325.770
Mutações do Período	7.096	24.019	149	(5.715)	25.549

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Norte Mato-Grossense e Oeste Paraense - Sicredi Grandes Rios MT/PA, anteriormente denominada Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Norte Mato-Grossense - Sicredi Norte MT/PA

CNPJ/MF nº 37.442.605/0001-42

	01/07/2019 a 31/12/2019 (Não auditado)	01/01/2019 a 31/12/2019	01/01/2018 a 31/12/2018
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO APÓS AJUSTES AO RESULTADO	42.189	76.048	57.196
Resultado do semestre/exercício	29.788	55.732	54.146
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	12.401	20.316	3.050
Provisão para operações de crédito	10.712	15.256	1.028
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros valores e bens	1.077	1.676	(37)
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros créditos	208	544	(232)
Depreciação do imobilizado de uso	1.788	3.344	2.914
Amortização do intangível	815	1.557	1.323
Baixas do ativo permanente	90	162	208
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	56	(41)	(78)
Destinações ao FATES	(2.248)	(2.248)	(2.099)
Dividendos SicrediPar	(97)	66	23
VARIÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(107.809)	(134.169)	(83.782)
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(17.385)	(17.466)	(158)
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários	(73.358)	(73.358)	-
Redução em relações interfinanceiras ativas	5.759	1	30
Redução em créditos vinculados	-	-	1.726
(Aumento) Redução em relações com correspondentes	(8)	22	(275)
(Aumento) em operações de crédito	(206.894)	(301.274)	(232.463)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	19.283	13.243	29.984
(Aumento) em outros créditos	(16.355)	(22.226)	(17.894)
(Aumento) em outros valores e bens	(569)	(27)	(599)
Aumento em depósitos	145.656	246.014	114.995
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	(37)	264	171
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	5.119	(3.600)	(3.498)
Absorção de dispêndios pelo FATES	(301)	(2.099)	(1.555)
Aumento em outras obrigações	31.281	26.337	25.754
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(65.620)	(58.121)	(26.586)
Aquisição de Investimentos	(7.202)	(7.201)	-
Aquisição de Imobilizado de Uso	(6.533)	(12.100)	(5.088)
Aplicações no Intangível	(338)	(1.013)	(3.107)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(14.073)	(20.314)	(8.195)
Integralização de capital	5.087	9.757	12.076
Baixa de capital	(6.711)	(12.593)	(10.495)
Juros ao capital próprio	(367)	(367)	(331)
Distribuição de Sobras	-	(261)	(249)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(1.991)	(3.464)	1.001
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(81.684)	(81.899)	(33.780)
Caixa e equivalente de caixa no início do período	244.162	244.377	278.157
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	162.478	162.478	244.377

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Norte Mato-Grossense e Oeste Paraense - Sicredi Grandes Rios MT/PA ("Cooperativa"), anteriormente denominada Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Norte Mato-Grossense - Sicredi Norte MT/PA, é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento do Centro Norte do Brasil - Central Sicredi Centro Norte e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 13/05/1992 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2019, está organizado por 110 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.861 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25 e 27), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 21 de Fevereiro de 2020.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

e) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

f) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

g) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

h) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

i) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

j) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

k) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logísticos, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

l) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

m) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

n) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

o) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

p) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e, também, das obrigações legais, são aplicadas de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

q) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2019	2018
Disponibilidades	28.924	12.636
Caixa	28.924	12.636
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	133.554	231.741
Total	162.478	244.377

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2019 equivale a 99% do CDI (2018 - 100%).

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2019	2018
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	20.087	2.621
DI entre Banco e Cooperativas	20.087	-
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	2.621
Total não circulante	20.087	2.621

NOTA 06 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2019	2018
Cotas de Fundos de Renda Fixa (i)	73.358	-
Total circulante	73.358	-

(i) Refere-se a aplicações em operações com Fundos de Investimentos, a qual a cooperativa passou a investir diretamente no ano de 2019. Anteriormente essas operações eram realizadas pela Central, através da Centralização Financeira.

NOTA 07 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2019			2018
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	278.456	195.023	473.479	336.059
Financiamentos	126.143	220.071	346.214	196.164
Financiamentos rurais e agroindustriais	131.411	53.184	184.595	170.792
Carteira total	536.010	468.278	1.004.288	703.015

Estão incluídos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2019			2018
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honoradas	1.375	-	1.375	689
Devedores por compra de valores e bens	1.627	5.233	6.860	4.695
Títulos e créditos a receber (i)	52.986	22	53.008	33.953
Total	55.988	5.255	61.243	39.337

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito e Outros Créditos	
		2019	2018	2019	2018
Nível AA	-	-	3	-	-
Nível A	0,50	329.207	192.357	1.646	962
Nível B	1,00	435.693	328.571	4.356	3.286
Nível C	3,00	185.220	132.247	5.557	3.965
Nível D	10,00	43.550	30.912	4.355	3.091
Nível E	30,00	20.088	18.427	6.026	5.528
Nível F	50,00	10.779	11.241	5.390	5.621
Nível G	70,00	11.033	6.111	7.723	4.278
Nível H	100,00	29.961	22.483	29.961	22.483
Total		1.065.531	742.352	65.014	49.214

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	Vencidas a partir de 15 dias	2019			Total da Carteira	2018
		A vencer				
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	14.166	97.639	190.087	263.441	565.333	372.146
Rural	769	24.666	105.976	53.184	184.595	170.792
Industrial	89	2.978	2.946	4.566	10.579	8.961
Comércio	2.335	43.033	55.781	97.257	198.406	126.235
Outros Serviços	2.005	20.674	28.854	55.085	106.618	64.218
Total	19.364	188.990	383.644	473.533	1.065.531	742.352

d) Concentração das operações de crédito

	2019	%	2018	%
10 maiores devedores	61.264	5,75	47.390	6,37
50 devedores seguintes	84.061	7,89	75.247	10,14
100 devedores seguintes	84.368	7,92	72.399	9,75
Demais	835.838	78,44	547.416	73,74
Total	1.065.531	100	742.352	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2019	2018
Saldo inicial	49.214	48.418
Constituição de provisão	29.312	14.571
Movimentação de baixados para prejuízo	(13.512)	(13.775)
Saldo final	65.014	49.214

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 14.658 (2018 - R\$ 10.580), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 56.426 (2018 - R\$ 57.948).

NOTA 08 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2019	2018
Adiantamentos e antecipações salariais	208	308
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	2.480	1.584
Devedores por compra de valores e bens	1.627	1.185
Devedores por depósitos em garantia	205	82
Impostos e contribuições a compensar	639	1.151
Títulos e créditos a receber (ii)	52.986	33.948
Cotas de consórcio	2.608	1.891
Operações com cartões	828	817
Pendências a regularizar	215	1.147
Outros	795	869
Total Circulante	62.591	42.982

Devedores por compra de valores e bens	5.233	3.510
Títulos e créditos a receber (ii)	22	5
Total não circulante	5.255	3.515

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

(ii) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

NOTA 09 – OUTROS VALORES E BENS

	2019	2018
Bens não de uso próprio	13.347	13.334
Imóveis	12.781	12.719
Veículos e afins	466	435
Máquinas e equipamentos	100	180
Despesas antecipadas	70	55
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(2.178)	(502)
Total Circulante	11.239	12.887

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 2.178 (2018 - R\$ 502) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

NOTA 10 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2019	2018
Cooperativa Central Sicredi Centro Norte	9.965	8.093
Sicredi Participações S.A.	15.525	10.196
Outras Participações e Investimentos	1	1
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Total	25.491	18.290

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Número de ações/quotas possuídas	6.776.600 ON	3.305.463 ON	1	1	9.965.024	8.092.645
	14.077.644 PN	6.890.619 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	1,98%	1,16%	0,62%	0,62%	7,90%	6,89%
Capital social	969.491	880.597	164	164	126.127	117.452
Patrimônio líquido	989.638	906.341	312.950	252.691	131.820	123.287
Lucro líquido do exercício	6.514	14.956	60.259	12.122	764	163
Valor do investimento	15.525	10.196	1	1	9.965	8.093

NOTA 11 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2019			2018
		Custo corrigido	Depreciação/Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	38.608	(12.714)	25.894	17.300
Imobilizações em curso	-	5.212	-	5.212	2.770
Terrenos	-	350	-	350	100
Edificações	4%	525	(199)	326	349
Instalações	10%	11.672	(3.826)	7.846	5.633
Móveis e equipamentos de uso	10%	9.573	(3.057)	6.516	4.646
Sistema de comunicação	10%	303	(91)	212	156
Sistema de processamento de dados	20%	9.262	(4.961)	4.301	2.913
Sistema de segurança	10%	912	(287)	625	279
Sistema de transporte	20%	799	(293)	506	454
Intangível (i)		13.083	(6.756)	6.327	6.871
Investimentos Confederação		13.083	(6.756)	6.327	6.871
Total		51.691	(19.470)	32.221	24.171

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 12 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2019				2018
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	279.888	-	-	279.888	212.295
Depósitos Interfinanceiros	4.646	16.059	50.935	71.640	-
Depósitos a prazo	1.563	977	351.466	354.006	247.225
Total	286.097	17.036	402.401	705.534	459.520

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2019	2018
Recursos do Crédito Rural	123.138	133.902
- Banco Cooperativo Sicredi S.A.	123.138	133.902
Outros Recursos	-	402
- Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	402
Total circulante	123.139	134.304
Recursos do Crédito Rural	60.476	35.865
- Banco Cooperativo Sicredi S.A.	60.476	35.865
Total não circulante	60.476	35.865

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa até 8,5% a.a. com vencimentos até 21/12/2026, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 14 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2019	2018
Empréstimos no País - outras instituições	8.079	12.860
- Cooperativa Central Sicredi Centro Norte	-	4.678
- Outras instituições	8.079	8.182
Total circulante	8.079	12.860
Empréstimos no País - outras instituições	9.181	8.000
- Outras instituições	9.181	8.000
Total não circulante	9.181	8.000

As obrigações por empréstimos operam com uma taxa de CDI + 0,85% com vencimento em 15/10/2026.

NOTA 15 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2019	2018
Cheques administrativos	12.618	10.290
Obrigações por convênios oficiais	10	11
Provisão para pagamentos a efetuar	4.882	4.181
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas (Nota 16)	88	129
Provisão para garantias financeiras prestadas (i)	11.861	12.513
Pendências a regularizar	250	287
Operações com cartões	53.576	35.133
Demais fornecedores	1.688	1.401
Credores diversos	3.002	2.555
Total circulante	87.975	66.500

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

NOTA 16 – PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS

A Cooperativa possui provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2019	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2019
Cível	129	70	(111)	88
Total	129	70	(111)	88

Natureza	Probabilidade de perda	2019	2018
Cível	Provável	88	129
Total		88	129

Em 31 de dezembro de 2019, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista, Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 5; R\$ 110; R\$ 421 (2018 - R\$ 5; R\$ 166; R\$ 371), respectivamente.

NOTA 17 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2019	2018
Capital Social	179.556	155.045
Total de associados	79.475	62.732

Em 31 de dezembro de 2019, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 24.511 (2018 – R\$ 25.346), sendo R\$ 27.347 (2018 – R\$ 23.765) via integralização de resultados e R\$ 9.757 (2018 – R\$12.076), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 12.593 (2018 – R\$10.495).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 5,5% em Conta Capital, no montante de R\$ 9.087, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Destinações

A Cooperativa destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 45% foram para a Reserva Legal, 5% para o FATES, 5% para a Reserva de Expansão e 0% para Outros Destinações.

Além das destinações citadas acima, a Cooperativa também destinou os valores recuperados referentes a prejuízo de anos anteriores para a Reserva Legal de acordo com a definição do Conselho de Administração.

NOTA 18 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2019	2018
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	56.675	53.833
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(22.670)	(22.610)
Exclusões / (Adições):		
Incentivos Fiscais	28	7
Provisão resgate de milhas cartão	22	(124)
Brindes e Doações	(54)	(42)
Provisão PPR e Outras Gratificações	(27)	127
Receita com atos cooperativos	17.632	18.197
Juros sobre capital próprio	3.635	3.696
Prejuízo fiscal	426	206
Lucros e dividendos	40	69
Outros	24	23
IRPJ e CSLL Anos anteriores	-	764
Subtotal	21.727	22.923
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(943)	313

NOTA 19 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetuou transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2019	2018
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	20.087	2.621
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 06)	73.358	-
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	133.554	231.741
Outros Créditos - Rendas a receber	3.144	2.984
Outros Créditos - Diversos (Nota 08)	1.435	721
Investimentos (Nota 10)	25.491	18.290
Intangível (Nota 11)	6.327	6.871
Passivo		
Depósitos Interfinanceiros (Nota 12)	21.003	-
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 13)	183.615	170.169
Obrigações por empréstimos (Nota 14)	17.260	20.860
Outras Obrigações - Diversas (Nota 15)	52.562	33.503
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	782	158
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços	17.694	15.786
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 20)	13.612	17.903
Despesas		
Operações de Captação no Mercado	647	-
Operações de Empréstimos e Repasses	11.048	12.342
Outros Dispendios e Despesas Administrativas (Nota 20)	4.573	3.932
Outros Dispendios e Despesas Operacionais (Nota 22)	17.409	15.132

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captções de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2019	% em relação ao total	2018
Depósitos à vista	275	0,10%	477
Depósitos a prazo	1.918	0,54%	1.824
Operações de crédito	4.040	0,40%	4.171

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2019	2018
Pessoas chave da administração	3.563	3.010

NOTA 20 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2019	2018
Despesa de água, energia e gás	2.175	1.728
Despesa de aluguéis	5.193	3.943
Despesa de comunicação	1.694	1.545
Despesa de manutenção e conservação	2.892	2.404
Despesa de material	1.236	742
Despesa processamento dados	1.411	911
Despesa de promoções e relações públicas	4.593	3.302
Despesa de propaganda e publicidade	763	601
Despesa de seguro	160	95
Despesa de serviços do sistema financeiro	3.818	3.152
Despesa de serviços de terceiros	1.929	1.571
Despesa de serviços de vigilância e segurança	2.302	1.922
Despesa de serviços de técnicos especializados	3.267	2.945
Despesa de serviços de transportes	3.840	3.150
Despesa de viagem	1.840	1.301
Despesa de depreciação e amortização	3.344	2.914
Depreciação e amortização (Rateio Confederação)	1.557	1.323
Dispêndios assistência técnica, social e educacional	2.637	1.818
Outras despesas administrativas	3.510	3.246
Total	48.161	38.613

NOTA 21 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2019	2018
Recuperação de encargos e despesas	1.041	1.945
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	13.239	17.460
Reversão de provisões operacionais	9.059	7.541
Outras rendas operacionais	2.388	2.320
Total	25.727	29.266

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 22 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2019	2018
Descontos concedidos em renegociação e crédito	9.243	5.418
Contribuições Cooperativistas	138	131
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	2.394	1.326
Contribuição Confederação Sicredi	12.902	10.668
Cooperativa Central Sicredi Centro Norte	2.582	2.570
Encargos da administração financeira	72	116
Repasso administradora de Cartões	554	520
Despesas de Cartões - Processamento, Emissão, Postagem	3.153	2.109
Outras provisões operacionais	8.195	10.053
Outras despesas operacionais	3.670	5.038
Total	42.903	37.949

NOTA 23 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2019	2018
Beneficiários de garantias prestadas (i)	459.467	447.996
Total	459.467	447.996

(i) Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 24 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, de Mercado, de Liquidez, e o de Crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite ao risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios.

III - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

IV - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreio e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez fixado na RAS;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos"

NOTA 25 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	2019	2018
Patrimônio de Referência (PR)	319.442	268.879
Nível I (NI)	319.442	268.879
Capital principal - CP	319.442	268.879
Capital social	179.556	155.045
Reservas de capital	125.985	101.817
Lucros acumulados	20.229	18.888
Ajustes Prudenciais	(6.328)	(6.872)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	1.384.548	1.163.172
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	6.162	5.972
Margem de Capital (i)	167.903	140.775
Índice de Basileia (PR / RWA)	23,07%	23,12%
Situação de Imobilização (Imob)	25.895	17.301
Índice de Imobilização (Imob / PR)	8,11%	6,43%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 26 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2019, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

Sidnei Bremm
Diretor Executivo
CPF: 760.810.950-53

Edilson Mancine
Diretor de Operações
CPF: 700.142.139-15

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20